

PRINCÍPIOS NORTEADORES E OBJETIVOS

Mariz de Oliveira e
Siqueira Campos
ADVOGADOS

ACESSAR MATERIAL COMPLETO



PRINCÍPIOS NORTEADORES E OBJETIVOS

PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES

- **Princípios (objetivos sistêmicos)**



- **Simplicidade e Eficiência**

- Redução dos custos de conformidade
 - Mitigação da guerra fiscal via tributação das operações com bens e serviços no Estado de destino (onde ocorre o consumo)

- **Defesa do meio ambiente (sustentabilidade)**

- Incentivo a práticas ambientalmente responsáveis por meio de normas tributárias (viés indutor da norma tributária)





◦ **Justiça Tributária**

- Redução da regressividade da tributação sobre o consumo

◦ **Cooperação Federativa**

- Colaboração entre União, estados e municípios para uniformizar normas e solucionar controvérsias



◦ **Transparência**

- Regras com menor margem para interpretações abusivas
- Definição precisa de alíquotas, bases de cálculo e limites ao poder de tributar, como a não cumulatividade ampla

◦ **Neutralidade**

- O sistema tributário não deve influenciar decisões econômicas ou estratégicas de negócios



- **Objetivos pragmáticos** – regras para que a reforma seja fiel aos seus propósitos:

- **Tributar o consumo** a partir do valor agregado em cada etapa da cadeia produtiva
- **Reduzir o número de tributos** incidentes sobre o consumo (no caso, PIS, COFINS, ICMS e ISS serão extintos)
- Instituir imposto específico sobre determinados bens e serviços que demandam intervenção extrafiscal (**Imposto Seletivo**), em especial para desestimular o consumo de produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente

- Tributação dual:
 - **IBS** (Imposto sobre Bens e Serviços) – estados e municípios
 - **CBS** (Contribuição sobre Bens e Serviços) – União

- **IVA Moderno e “Simplificado”**



- Base de cálculo ampla, a fim de evitar distorções ou “zonas de não incidência”, como ocorre, no cenário atual, com a (não) tributação das locações e cessões de direito

- Cobrado “por fora” e no destino, para facilitar fiscalização e arrecadação, bem como privilegiar os entes que concentram maior população e, portanto, apresentam maior consumo
 - Crédito amplo (não cumulatividade plena), para evitar a tributação em cascata que onera o consumidor final no sistema atual e acentua a regressividade
 - Alíquotas padronizadas para IBS e CBS
 - Vedação a benefícios fiscais, à exceção dos regimes previstos no próprio texto constitucional, para favorecer a neutralidade tributária e a redução de “oportunidades” para planejamentos abusivos
 - Redução da regressividade via regimes diferenciados e *cashback*
- **Harmonização Nacional:**
 - Uniformização dos tributos incidentes sobre o consumo em âmbito federal, estadual e municipal – IVA-Dual



- Compartilhamento de informações entre Receita Federal do Brasil, órgãos de fiscalização dos estados e municípios, procuradorias e o Comitê Gestor do IBS
 - Fortalecimento do pacto federativo por meio da mitigação dos instrumentos jurídicos que fomentam a guerra fiscal
 - Atuação do Comitê Gestor do IBS como órgão de uniformização e criação de outras instâncias de harmonização
- **Manutenção da carga tributária**
 - Preservação do padrão arrecadatário atual, com estudos prévios para avaliar eventuais aumentos e seus impactos econômicos



A reforma atinge, em parte, os objetivos propostos, mas enfrenta desafios para sua plena implementação

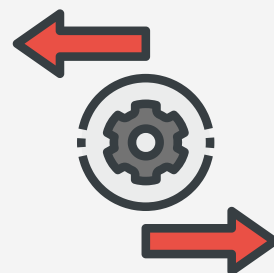
Podemos destacar **avanços** importantes, entre outros:

- Houve expressiva redução do número de regimes e alíquotas excepcionais ou diferenciados, em comparação com o sistema tributário atual (**simplificação**)
- A tendência é que haja a redução do número de atos normativos regulamentando os tributos, com a maior parte dos atos centralizados no Executivo Federal (CBS) e no Comitê Gestor (IBS)
- Há oneração específica sobre **atividades nocivas à saúde e ao meio ambiente**, como forma de desestímulo ao consumo



Porém, há **desafios** a serem enfrentados

- A existência de **dois regulamentos** amplia as oportunidades de divergência entre as normas aplicáveis ao IBS e à CBS, o que se vê reforçado com a existência de contenciosos tributários distintos
- Ao final, o **IPI** foi mantido, como instrumento para manter o diferencial tributário hoje verificado na ZFM, com base no qual é garantida a competitividade dos produtos ali produzidos face às demais regiões do país
- Ainda há razoável número de situações que serão tributadas **fora das regras gerais**, o que tende a elevar a **complexidade** do sistema e a alíquota (geral) de referência do IBS e da CBS



- Diversos **fundos** foram criados com o objetivo de **combater potenciais desigualdades** advindas da reforma, assim como uma contribuição extra sobre produtos primários e semielaborados, a qual contraria o ideal de simplificação e não cumulatividade preconizado pela reforma tributária, desde o início de sua discussão
- Muitos temas ficam **pendentes de densificação** por parte dos regulamentos a serem editados para o IBS e para a CBS
- Não há definição da **alíquota efetiva** a ser verificada após a implementação da reforma, o que pode resultar em aumento da carga tributária
 - Em teoria, a ampliação da base de cálculo deveria gerar alíquotas nominais menores para a manutenção da carga tributária atual, já considerada elevada

- Para além dos aspectos regulamentares e procedimentais pendentes de normatização, não se pode ignorar o **risco de atrasos** no “cronograma” fixado pela EC 132/2025, para o qual o diploma não antecipou as medidas a serem observadas, o que, por si só, é um componente de insegurança que pode comprometer o “êxito” da reforma tributária
- O **imposto seletivo** pode resultar apenas em aumento de custos de bens e serviços, sem interferir efetivamente nos hábitos de consumo da população
- Por fim, existe a possibilidade de a União se antecipar na definição das regras regulamentares do novo sistema. Isso pode afetar a harmonia federativa, podendo requerer, no futuro, ajustes na reforma, com eventuais reflexos institucionais, sociais e empresariais

Mariz de Oliveira e Siqueira Campos

ADVOCADOS



AUTORES:



Marcos Engel



Silvio Gazzaneo



Rodolfo Paiva